



JUDICIÁRIO / Supremo condena o deputado bolsonarista Daniel Silveira a oito anos e nove meses de prisão e à perda do mandato por atentar contra instituições democráticas e incitar agressões a ministros da Corte. Ainda cabe recurso da decisão

A dura resposta do STF a ataques à democracia

» LUANA PATRIOLINO

Paulo Sérgio/Câmara dos Deputados



Silveira usou o plenário da Câmara, ontem, para atacar Moraes, a quem chamou de "marginal", "reizinho do Brasil" e "menininho frustrado"

Por 10 votos a um, o Supremo Tribunal Federal (STF) condenou o deputado bolsonarista Daniel Silveira (PTB-RJ) por estimular atos antidemocráticos e incitar ataques a integrantes da Corte. Relator do processo, o ministro Alexandre de Moraes votou pela aplicação de pena de oito anos e nove meses de reclusão, inicialmente em regime fechado. Ele também propôs a perda do mandato e a suspensão dos direitos políticos enquanto durar o cumprimento da pena, além do pagamento de multa de R\$ 192 mil.

Moraes foi acompanhado integralmente por oito ministros: Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e Luiz Fux.

Os ministros indicados ao STF pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) tiveram entendimento diferente. André Mendonça propôs condenação com uma pena menor, de dois anos e quatro meses, em regime inicial aberto. O magistrado também solicitou redução da multa para R\$ 90 mil. Nunes Marques, por sua vez, votou pela absolvição, sustentando que os ataques se tratavam de bravatas.

Ainda cabe recurso da defesa e, por isso, Silveira não será preso imediatamente. Já a perda de mandato ainda precisa do aval da Câmara.

Em voto duro, Moraes disse que liberdade de expressão não pode ser usada como "escudo protetor" para a prática de crimes ou ataques à democracia. "A liberdade de expressão existe para opiniões contraditórias, joias, sátiras, opiniões, inclusive, errôneas, mas não para opiniões criminosas, imputações criminosas, discurso de ódio, atentado contra o Estado de direito e a democracia", enfatizou.

Moraes narrou declarações de Silveira contra o STF e ataques ao ministro Luís Roberto Barroso,

» Marco Aurélio critica Corte

Ministro aposentado do STF, Marco Aurélio Mello criticou medidas tomadas pela Corte contra o deputado Daniel Silveira. "Vejo, no processo-crime aludido ao deputado federal, um obstáculo muito sério de desrespeito à imunidade, como a tornozeleira que lhe foi imposta", reprovou. "Não foi como pena, foi uma medida cautelar a um congressista. É difícil de conceber", acrescentou, em debate no Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), na terça-feira.

então presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). "O que estamos vendo, já há algum tempo, são mentiras descaradas, atividades criminosas, tentando levar ao povo uma mensagem errônea, falsa, criminosa de que há fraudes nas urnas eletrônicas", frisou. "O TSE cassou, ano passado, um deputado estadual exatamente por isso", acrescentou, referindo-se ao caso de Fernando Francischini (PL-PR), que perdeu o mandato por propagar fake news sobre o sistema eleitoral.

Barroso fez coro ao colega de tribunal: "A imunidade parlamentar não é um salvo-conduto para a prática de crimes, sob pena de transformar o Congresso Nacional em um esconderijo de criminosos", frisou.

Já Nunes Marques votou para que a Câmara avaliasse a conduta de Silveira. "Em que pese a gravidade e a repugnância das falas do acusado, não vislumbro cometimento de crime", disse. "Extrapolou e muito, há toda evidência. Com a devida vênia, atingiu a própria Câmara, na medida em que não se tem notícia que essa tenha tomado qualquer providência para apurar seus manifestos excessos e sua reprovável conduta."

Risos

Outro ponto de destaque do julgamento foi a estreia da vice-procuradora-geral da República, Lindôra Araújo, na sustentação oral no STF. Ela considerou as declarações do Silveira

"vexatórias", "inaceitáveis" e de "afronta à democracia", mas riu ao repetir as palavras do deputado. "É inaceitável que um parlamentar diga que: 'O povo entende no STF e agarre o Alexandre de Moraes pelo colarinho dele e sacuda a cabeça de ovo dele e o jogue numa lixeira'. É intolerável, também, que alguém atire tomado em ministros." Moraes também não conteve o riso.

Procurada pelo **Correio**, a defesa de Silveira afirmou que ele é vítima de perseguição. "Politicamente, estão implementando um verdadeiro 'tratamento jurídico' impositivo, a qualquer custo, em desfavor do deputado federal Daniel Silveira, que está em vias de condenação, por supostos crimes que não cometeu,

Memória

Prisão e tornozeleira

O deputado Daniel Silveira chegou a ser preso no ano passado, logo após divulgar um vídeo com ofensas aos ministros do STF. A detenção no Batalhão Especial Prisional (BEP) do Rio, a mando do ministro Alexandre de Moraes, com base em pedido da PGR, durou quase nove meses. O relator do caso determinou a soltura com a condição de que o parlamentar cumprisse medidas cautelares.

No início deste ano, a PGR voltou a cobrar medidas mais duras contra o deputado, que teria descumprido diversas determinações da Justiça. A cúpula do Ministério Público pediu ao Supremo, no mês passado, a colocação de tornozeleira eletrônica em Silveira e cobrou que ele fosse impedido de frequentar eventos públicos. As solicitações foram atendidas por Moraes.

segundo anúncios pretéritos, com estardalhaços por inúmeros veículos de extrema-imprensa, cúmplices dessa violação à Constituição Federal e normas infraconstitucionais", disparou.

O julgamento começou com mais de uma hora de atraso porque o advogado Paulo César Rodrigues de Faria, que representa Silveira, não apresentou comprovante de vacina contra a covid-19, obrigatório para acesso ao prédio. Diante da situação, o presidente da Corte, Luiz Fux, determinou que ele fosse submetido um teste do tipo PCR e noticiou o caso à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O magistrado classificou a postura do defensor de "recalcitrância indevida".

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

O imaginário da Independência

Aproveito o aniversário de Brasília, que completa hoje 62 anos, para falar da data escolhida por Juscelino Kubitschek para sua inauguração e dos heróis da Inconfidência. É uma história cruenta. No Brasil colonial, líderes rebeldes eram enforcados, esquartejados, e suas cabeças expostas em praça pública, por decisão das autoridades, como forma de intimidar os que desejavam se livrar do jugo português, das injustiças e da exploração.

Mesmo assim, o espírito de sedição era forte: no dia da morte do alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, líder da Conjuração Mineira, por exemplo, um sino tocou cinco vezes durante a execução, apesar das proibições; e a cabeça de Tiradentes foi roubada, na primeira noite de sua exposição, em Vila Rica, hoje Ouro Preto,

frustrando a overdose de crueldade de sua sentença. A imagem de Tiradentes barbudo e cabeludo como Jesus Cristo faz parte do imaginário popular; no dia da sua execução, estava de cabeça raspada e sem barba. A casa de Tiradentes foi arrasada, o seu local foi salgado, as autoridades declararam infames todos os seus descendentes.

A construção do imaginário dos Inconfidentes, porém, está mais associada ao movimento republicano do final do século XIX do que à Independência do Brasil, que viria a ser proclamada por D. Pedro I, príncipe herdeiro de Portugal, em 7 de setembro de 1822, ou seja, há 200 anos. A conspiração liderada por Tiradentes nem sequer foi iniciada, foi denunciada e desbaratada antes mesmo de começar.

Em 18 de maio de 1789, seus líderes foram avisados de que a conspiração fora denunciada. Governador da capitania, Visconde de Barbacena já havia recebido seis denúncias, a principal do coronel Joaquim Silvério dos Reis, que ocupa o posto de maior traidor da nossa história. Era fazendeiro e dono de minas de ouro, muito endividado; traiu seus companheiros para se livrar do fisco.

Os mineiros estavam insatisfeitos com os excessivos impostos e com o rigor de Portugal, mas o que entusiasmou o grupo de conspiradores, entre os quais Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa, padre Carlos Correia de Toledo e o coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes, foi o fato de que Minas Gerais havia se transformado no povo mais dinâmico da colônia, em condições de ser autossuficiente.

Luís da Cunha Meneses, primeiro governador de Minas Gerais (1783 e 1788), era corrupto e despótico; Luís Antônio Faro, o Visconde de Barbacena, assumira o cargo em 1788 para aumentar a cobrança de impostos, por meio da chamada "derrama" (cada região de exploração de ouro deveria pagar 100 arrobas de ouro (1.500 quilos) por ano para a metrópole; quando a região não conseguia cumprir essas exigências, soldados entravam nas casas das famílias para retirarem os pertences até completar o valor devido).

Imprensa

Era a senha para a fracassada revolta. A rebelião seria iniciada em Vila Rica e, depois, se espalharia por toda Minas Gerais, estendendo-se para as demais regiões do país. Pretendia-se fundar uma república nos moldes dos Estados Unidos, com eleições anuais, diversificação econômica, instalação de

manufaturas, formação de uma milícia nacional, perdão das dívidas. A abolição da escravidão dividia o grupo. O pavilhão dos rebeldes era um triângulo vermelho num fundo branco, com a inscrição em latim: Libertas Quae Sera Tamen (Liberdade ainda que tardia).

A também chamada Inconfidência Mineira tornou-se o mito fundador da nossa independência somente por volta dos anos 1880. Para isso foram fundamentais os jornais mineiros: O Araucário de Minas (Conservador), editado de 17 de março de 1877 a 24 de dezembro de 1889, por Severiano Nunes Cardoso de Resende; a Pátria Mineira (Republicano), de abril de 1889 a maio de 1894, de Sebastião Sette; A Verdade Política (Liberal), de setembro de 1888 a dezembro de 1889, de Carlos Sanzio de Avellar Brotero, todos de São João Del Rei; e A Província de Minas (Conservador), de 1878 a novembro de 1889, de Pedro Maria da Silva Brandão e José Pedro

Xavier de Veiga; A Atualidade (Liberal), de março de 1878 a novembro de 1881, de Carlos Afonso de Assis Figueiredo; e o Liberal Mineiro (Liberal), que funcionou de 1877 a 1889, sob comando de Carlos Gabriel Andrade e, depois, Bernardo Pinto Monteiro.

Minas Gerais tinha mais de 60 jornais nessa época, que aderiram à construção da imagem de Tiradentes em contraponto à de D. Pedro I, que proclamou a independência após se recusar a voltar para Portugal, como acabaria ocorrendo. Seu objetivo era, mais tarde, reunificar a Coroa portuguesa e, como a história comprovou, manter o tráfico negreiro e modelo econômico escravocrata, que perduraria até 1888. Os poemas do Romancero da Inconfidência, escrito por Cecília Meireles, em 1955, e as gravuras de Renina Katz consolidaram a imagem do Tiradentes Esquartejado (1893), óleo de Pedro Américo, ou seja, o do herói que hoje reverenciamos.